Um conto de réis:
o Rio de Janeiro de 1880 e o imposto do vintém

FRANCISCO GOUVEA DE SOUSA*

Resumo: Nos anos de 1880, mesmo antes dos bondes quebrados e das barricadas, homens e mulheres subvertiam em seus cotidianos os ritmos da *boa sociedade*. Interessa a este artigo, neste sentido, narrar sem se limitar a revolta contra o imposto que incidiria sobre o bonde – a cena principal destes anos –, interessa um tempo onde a vida pública deixava de ter por lugar os palcos estabelecidos pela vida do governo (como as câmaras ou ministérios) tornando a cidade seu cenário. A cena, por sua vez, não era formada por vozes que se dirigiam ao futuro, nem necessariamente pretendiam uma nova forma de governo, falavam contra a *administração*, contra um imposto que seria o mesmo para todos; algo que, neste momento, também era dito sobre o dinheiro. As falas contra o imposto se associavam, direta e indiretamente, ao constrangimento com o uso do papel moeda, já conhecido, mas cada vez mais presente na cidade. Foram movimentos efêmeros que constrangeram a *administração* e *a nova experiência do papel moeda* e, talvez justamente por serem efêmeros, carregavam o quanto de contingencial existe na ação e vida pública.

Palavras-chave: Revolta do vintém; Império; Rio de Janeiro.

A tale about a coin: the 1880s Rio de Janeiro and the taxation of the tram

Abstract: In the 1880s, even before the tram were broken or the barricades happened, women and men subverted the rhythms of the *gentleman* in their everyday life. This paper is a narrative of those years that do not concentrate only at the revolt against the taxation of the tram (which is the main scene of the narrative), it also describe a time when the public life made the city as it's scenario, overcoming the limits of the government. A pre-defined future did not guide the voices of this time, nether they intended to establish a new form of government. They spoke against the administration, against a taxation that would be equal to everyone despite the social difference, something that could be also said about the money at this moment. The speeches against the taxation were associated with the embarrassment that the use of money caused. If money was a known element, during those years, it became more and more used. The voices or the revolt itself were performances at a specific time, carrying in them the contingency of every action and public life.

Key words: Vintém's revolt; Empire; Rio de Janeiro.

* **FRANCISCO GOUVEA DE SOUSA** é Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio e Bolsista PNPD pela UFOP.

Pois o dinheiro indaga apenas por aquilo que é comum a todos, o valor de troca, que nivela toda a qualidade e peculiaridade à questão do mero "quanto" (SIMMEL, 2005).

A cidade do Rio de Janeiro, mesmo quando era capital, não vivia exatamente para além de si mesma. Pelo menos no ano de 1880 se pode dizer que a capital e a cidade não foram uma mesma coisa. A vida da nação que as ações do governo pretendia tecer caminhava num ritmo distinto da cidade. Cada rua, esquina ou quarteirão era habitada por gente que via e vivia apenas a rua, a esquina, o quarteirão e, como não pode deixar de ser para o interesse deste texto, o bonde. Este texto fala principalmente do encontro entre as duas, da cidade que foi falar à capital sobre um novo imposto e das respostas que teve. O interesse por este encontro vai aparecer ao longo do texto, por hora vale descrever um pouco como se vivia.

Foi um tempo de olhos que com surpresa viam as ruas e a multidão que se esboçava, as pernas aceleravam o passo e, no mundo da Casa, a vida familiar e íntima paulatinamente se alteravam; o que, como se pode imaginar, não deixava de gerar certo desconforto. Não só os homens andavam de bonde, mas as mulheres também (MELLO, 2007). As mãos, porém, tinham para si algo de mais corriqueiro, algo que se troca por tudo sem deixar de ser o que é: o dinheiro. O dinheiro, que já era conhecido, tornava-se cada vez mais comum e, ao mesmo tempo, constrangedor. Se os debates entre papelistas e metalistas é anterior, pelo menos desde a década de 1860 concentrava forte atenção (FONSECA, MOLLO, 2012), nos anos de 1880 o papel moeda se tornava um objeto mais e mais comum.

A razão mais decisiva da ampliação do uso do dinheiro, diriam alguns (SCHULZ:1996), era o processo de "fim" da escravidão. Não vamos aqui discutir as insuficiências deste "fim", mas apenas dizer o evidente: não há dúvida, embora a rua, o quarteirão e o bonde ou o dinheiro fossem os mesmos, nem todos viviam a mesma condição nesta cidade. Entre escravos e a *boa sociedade* existia um conjunto amplo de homens e mulheres que refaziam seus lugares e, neste movimento, suas vozes. Este artigo lida de forma mais direta destes que, como que fora dos *mundos do Império* (MATTOS: 1994), viviam apenas a cidade. A revolta é o mote central do texto, mas não seu objetivo principal.

A narrativa, pela qual este artigo se realiza, pretende ser um gesto inicial, uma experiência de perceber e expor a ação sem ser pela sequencialidade, sem ter por medida do agir o resultado ou sua causa. Este artigo não pretende falar nem de uma *revolta* – revolta-se com algo, revolta impõe por si uma causa exterior ao agir (revolta do vintém, revolta da vacina...) donde a causa se torna mais importante do que os próprios movimentos da cena que se narra – nem uma *crise* – como se o vintém anunciasse a proclamação da República ou a derrocada do Império, assim o antes ou o depois se tornam o sentido e a direção da compreensão. Interessa ao artigo saber como o agir se dá dentro desta vida coletiva que pulsa na cidade, interessa compreender e expor a ação fora da imagem do "sujeito histórico", da "consciência histórica" ou do "processo histórico" como referências exteriores ao próprio agir. O interesse, pelo contrário,

é pelo acontecer. Para isso, é preciso narrar.

Imposto ou caroço?

No segundo semestre de 1879 um imposto foi formulado. A ideia era simples: o *bem comum* necessitava de mais recursos, taxariam o bonde. O ministério do Sr. Afonso Celso – como era conhecido na época – pretendia defender a *nação* por um recurso próprio e, até então legítimo, da *administração*: a cobrança de impostos. *Administrar* era uma esfera autônoma do governo, um espaço da *razão* e da *finança* que se mantinha, nas palavras do **Jornal do comércio**, "depreendida da política", aliás título de um texto interessante publicado na quinta-feira, dia 3 de janeiro de 1878. A *administração* não se articulava para além deste âmbito fechado e autônomo, inclusive mesmo sofrendo oposição da câmara municipal do Rio de Janeiro propôs e impôs o imposto. Ao fim de 1879 ficou decidido que o imposto vigoraria em 1880.

Nem todas as vozes, porém, falavam pela *nação*, como era o caso do Sr. Afonso Celso. Em certos casos, não se falava pela defesa do *bem comum*, mas justo por aquilo que não são coisas, por aquilo que não se curva a pergunta "o quanto custa?", como é o caso do "pão de cada dia". Foi assim com certas vozes contrárias ao novo imposto sobre o uso do bonde. Não eram vozes que falavam ao futuro, pois tinham como medida um projeto a ser realizado. Eram falas de momento, na maior parte das vezes colocações efêmeras em seus *meetings*, como se dizia na ocasião. O uso do termo em inglês talvez já fosse uma tentativa de dar *distinção* à vida política fora da vida do governo.

O anúncio da lei em 1879 já trouxe consigo alguns protestos no **Jornal do Comércio**. O primeiro momento do vintém foi uma tensão entre a câmara municipal e o ministério, que, ao se colocar enquanto *administração*, não deu ouvidos àqueles que falavam pela cidade[1].

O desconforto ia ganhando outra forma no fim do ano quando as vozes da cidade vibravam na Rua, quando os *meetings* se somavam e a voz de Lopez Trovão – que viria a ser conhecido como herói por sua participação nesses eventos – ecoava. A vida do governo se via envolvida em um debate na voz de homens que não se imaginava que fossem debater sobre ela. Os *distintos* membros do *ministério*, incluindo o então ministro Sr. Afonso Celso, se viam como objeto de ataques e de defesas. Mesmo que pretendessem ser *distintos*, os membros do governo tinham seus nomes nas vozes que debatiam o *vintém*. A cidade nem sempre respeitou a *distinção* dos homens do Império e da capital.

Um evento singular se dava quando esses homens, anônimos em sua maioria, de ação pontual e circunscrita, como se fazendo dos degraus de um edifício um palco e, assim, tendo a cidade por

[1] Graham (2011) traça um panorama dos debates anteriores ao vintém e retoma algumas discussões que o antecederam para destacar uma tensão entre as decisões do ministério e as discussões tidas na câmara municipal. A questão maior, diz a autora, é que esta é uma tensão constitutiva de uma cidade que passava a se ver como tendo problemas próprios, fora da alçada dos "problemas nacionais", com um governo que ignora suas demandas. Essa consciência de sua especificidade ficava exacerbada quando o ministério propunha um imposto que incidiria, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro. Essa tensão nos faz reafirmar que o âmbito da *administração* por excelência era o *nacional*, encobrindo e em detrimento de qualquer questão local. Era um artifício para o discurso se manter autônomo e resistir a pressões vindas de reivindicações concretas, como do município, que protestou sem resultado. Nem mesmo os espaços instituídos da política foram ouvidos, e o imposto foi implementado.

cenário, resolveram e se dirigiram diretamente ao Imperador. Não estavam nas letras oficiais – como era o caso dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico – nem no Senado, sequer tinham uma formação que os definisse, na melhor das hipóteses eram poetas. Em todo caso, eram homens que falavam na cidade para a cidade e desse local se dirigiam à capital do Império. A distância entre a vida do governo e a vida da cidade era clara nesse momento e era essa distância que pretendiam percorrer.

O **Jornal do Comércio** expunha ambos os lados. Uns elogiavam o monarca que não apareceu para falar com essa "massa", dizia o texto "O Imperador e os meetings" de 31 de dezembro de 1879. Outros ironizavam, dizendo que ele prometera conversar, mas enviou foi a *força*.

O recurso à violência como forma de contenção da vida ativa era previsto. Sabia-se que a resposta mais provável a qualquer tentativa de ação seria essa. A **Gazeta de notícias** por vezes colocava o folhetim a conviver com **t**odos os insultos que conhecia para se referir à polícia, sempre com um adjetivo novo. Nesse momento, no qual o conflito ainda não tinha estancado, ainda eram mais vozes do que tiros e pedras, o que aparecia em disputa era o *militar*, de qual lado estaria. "Os soldados do Brasil não são os caceteiros d'el-rei, nem pretorianos da advocacia administrativa", podia-se ler no mesmo 31 de dezembro de 1879 na **Gazeta**. O militar era o último servidor da *nação*, era aquele que ainda não havia perdido a honra.

> De todas as classes minadas lentamente por uma corrupção sistemática, a classe militar é a única que tem se mantido pura, conservando ilesos o caráter e a honra nacional [...] Aproximam-se os tempos em que o povo tem de apelar para os seus irmãos militares. O exército sabe que no dia em que ele quiser, esses governos aborridos e rapaces que tem flagelado a terra brasileira, desaparecerão. Sabem os militares também que as armas que empunham servem tanto a defesa do território e a defesa da honra nacional[2].

Em meio aos debates sobre o vintém, a **Gazeta de Notícias** afirmava e defendia que os militares não eram "caceteiros d'el-rei". Nesse movimento ia além, expunha que o militar podia desaparecer com um "governo aborrido". Não é um texto excepcional. **O País** por vezes publicava textos dessa natureza, nos quais o elogio à honra do militar se convertia em um chamado à ação contra o Império e, acima de tudo, em uma crítica à polícia.

Esse tipo de citação favorece algumas leituras do vintém como sintoma da crise do Império, o evento que conduziu e explanou a sua queda, como em Graham (2011). O vintém tem outro sentido, neste artigo. O vintém é lido aqui justo como uma resposta a um ato da *administração*. Assim, da citação "os soldados do Brasil não são os caceteiros d'el-rei, nem pretorianos da advocacia administrativa", nos interessa mais a última parte, na qual a polícia é a "advocacia administrativa". O vintém foi, em nossa perspectiva, uma resposta da vida da cidade à *administração*, foi um momento em que a ação expôs a relação entre as atitudes do governo e a vida mais simples.

Nesse caminho, o militar era disputado como forma de expor e conter a

[2] Ao exército e a marinha. *Gazeta de notícias*. 31 de dezembro de 1879, p.2.

violência. De fato, a questão não era tanto um apelo para que os militares depusessem o Império, uma espécie de protótipo da proclamação; mas, sobretudo, uma denúncia das ações policiais. O militar aparecia como uma referência moral que contrastava com um governo que perdia autoridade. Elogiar o militar era afirmar o que a polícia deveria ser, mas não era, o que os ministérios deveriam fazer – *honrar pela nação* –, mas não faziam.

Nem toda crítica ou debate sobre o imposto, porém, envolvia o fundo moral que a invocação da figura do militar carregava consigo. De uma forma mais geral, antes do conflito, as posições sobre o imposto eram duas.

De um lado, defendia-se o imposto e a necessidade de prudência no momento da contenção da *anarquia* que já se previa. Não era algo explícito como um projeto, posto em palavras claras, mas se sabia que a violência não só não era a resposta como, por vezes, era o fomento da *revolta*. Os encontros da *polícia* com a *turba*, quando terminavam em tiros, eram negativos. No **Jornal do Comércio**, foram publicados alguns textos chamados "recomendação necessária" alertando para o perigo da intervenção violenta.

Do outro lado, duvidava-se do imposto. Afirmava-se a sua *imoralidade*.

> Outro tanto não podemos afiançar a S. Ex. [Conde de Afonso Celso] no dia em que nossos filhos pedirem pão e nós não lhes pudermos dar. Nesse dia sim é muito provável que os aduladores de S. Ex. tenham motivos para representar bem o seu papel: é bem possível também que a polícia possa fazer obra[3].

No meio do movimento de enfrentamento ao imposto, surgia a relação entre a vida e as ações da *administração*. As decisões do governo tinham, porém, um limite, o "pão", aquilo que não se faz coisa, não se mede pela pergunta "o quanto custa". De uma forma peculiar o imposto tinha um efeito não previsto: colocava em discussão o que pode ou não ter valor de troca, ou seja, o que deve ou não depender do tal papel moeda para se ter.

Após a ida até o Imperador, que não teve resultados, os *meetings* se mantiveram. A violência estancou quando o imposto passou a valer no início de 1880 e um boicote foi planejado. Aqueles que pretendiam não pagar o imposto eram expulsos dos bondes pelas baionetas. O movimento ganhou outra proporção. Condutores foram agredidos, as passagens de acesso onde tudo se desenrolava foram fechadas pelos mesmos bondes que eram destruídos. A polícia chegou mais de uma vez com a cavalaria disparando tiros. A dispersão se deu. Essa cena se repetiu mais de uma vez...

A **Revista Ilustrada** fez um movimento singular ao narrar estes (des)encontros entre cidade e capital. De início, eram homens de cartola; com a chegada da força, porém, as cartolas transformavam-se em pernas.

[3] *Gazeta de notícias*. 29 de dezembro de 1879.

Imagem I – Revista Ilustrada, 7 de janeiro de 1880. Acervo Público da Hemeroteca Digital

O movimento das imagens costumava ser esse: da cartola ao *zé povinho*. Representado como um palhaço de fisionomia infantil, o *zé povinho* era personagem recorrente nas imagens da **Revista Ilustrada** – era uma espécie de expansão do intrudo nas narrativas sobre a vida na cidade. Sua expressão contrasta de todo com as figuras também pintadas de Lopez Trovão e de José do Patrocínio, donde se formam três personagens: os indivíduos (Patrocínio ou Lopez Trovão) de rosto a mostra, paletó e monóculo; o *povo* como multidão cujos rostos eram encobertos pelas cartolas quanto ativo; e o *zé povinho* que não sabia se protestava ou tinha paciência, mas na dúvida corria.

O que existe de particular é que a *distinção* era de indivíduos e não de súditos, eram homens que se afirmavam por si e não por sua relação com a vida do Império. Não eram cidadãos no sentido usual do Império (MATTOS, 1994).

Imagem II – Revista Ilustrada, 7 de janeiro de 1880. Acervo Público da Hemeroteca Digital

Se inicialmente a **Revista Ilustrada** se manteve como muitos periódicos do fim de 1879 questionando o uso de militares como "pretorianos da advocacia administrativa", com o tempo, aquilo que era movimento como se tornava uma personagem, a ação ganhava corpo para além dos homens. É curioso que não se pintava exatamente os homens agindo, mas alguma outra coisa, talvez pela ação ser momento que não se refaz. Neste sentido específico, parece que a escrita da história enfrenta os mesmos limites que suas fontes. Vale, talvez por isso

mesmo, comentar algumas destas imagens.

Imagem III – Revista Ilustrada, 9 de janeiro de 1880. Acervo Público da Hemeroteca Digital

O caso da imagem é simples. Ela relata a escolha de uma companhia em não cobrar o imposto enquanto as outras tiveram seus bondes "reduzidos a angu" por pretender cobrá-lo.

Essa imagem já dava corpo ao agir, mas o mais significativo era que não tinha como personagem o *zé povinho*, nem *o povo*, nem Lopez Trovão. Na argumentação da **Revista** a causa do "angu" foram as próprias companhias que cismaram em cobrar imposto. Uma segunda imagem era ainda mais forte.

A *barricada da rua de Uruguaiana* ser mais segura que o bonde era claramente uma ironia. A ironia se completa na observação de que a barricada não paga imposto. A crítica e a ironia evidentes não devem encobrir uma sutileza: as personagens da cena.

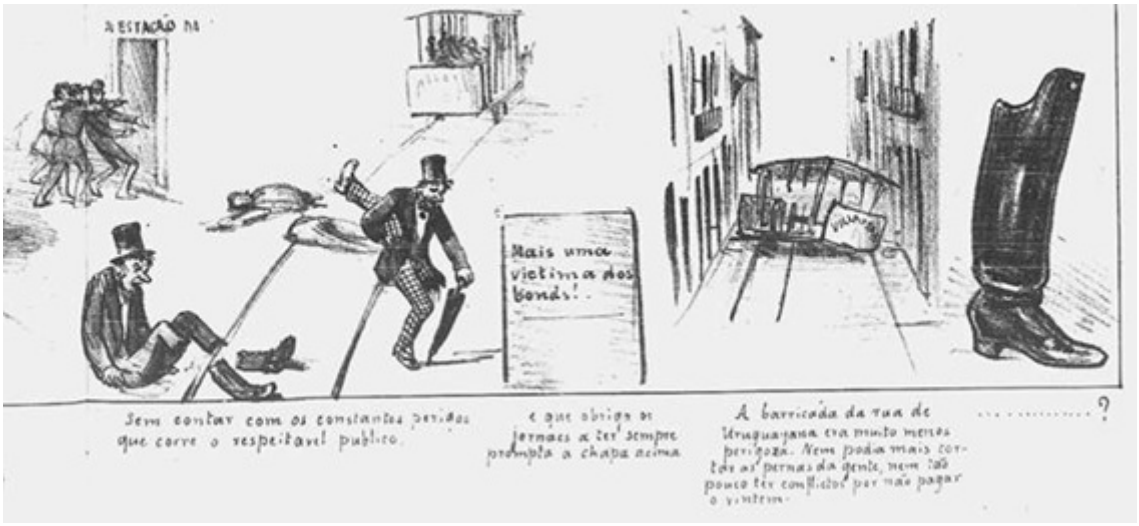

Imagem IV – Revista Ilustrada, 10 janeiro 1880. Acervo Público da Hemeroteca Digital

Na imagem acima, aparece novamente o *povo* de cartolas, perto dele o bonde, porém na imagem da barricada de início se tem a impressão de que não há

personagem. A barricada é anônima, é o bonde desfeito e a rua interrompida. Para além das três personagens disponíveis para a **Revista** (o indivíduo, o *povo* e o *zé povinho*) o desenho da ação, a imagem que a representa era a própria cidade. Não há pessoas. Quando se queria pintar a ação, quem aparecia era a rua, a esquina, o bonde ou o quarteirão. É como se a personagem da ação fosse a própria cena onde ela se dá. É um retrato sem rosto, um gesto sem autoria nem necessariamente causa ou consequência, aliás, como são as cidades. Pode-se dizer quem fundou, mas dificilmente quem faz a cidade. Estas últimas considerações, porém, exigem um passo à trás.

Um jornal não é uma representação de uma realidade social sem um olhar e a princípio todos sabem disso. A ideia de um jornal neutro e isento, aliás, seria absurda no oitocentos (neste ponto o passado é mais sincero que o presente). Existe uma escolha ativamente explícita e confessa nas páginas da **Revista Illustrada**. Justo por isso o caso não é o de assumir nem que seja uma representação de um fato pura e simplesmente nem que o trabalho do historiador seja o de criticá-la para reconstruir o fato social que originalmente aconteceu (o que só seria possível se acreditássemos que existam fatos destituídos de interpretação ou horizonte de compreensão e que os acontecimentos carregam neles mesmos um valor intrínseco). Mais do que supor que este olhar ou escolha seja uma "perversão", é mais interessante considera-lo também historicamente. O que se quer dizer é que as formas disponíveis à **Revista Illustrada** para falar de seu presente, ou seja, a escolha em desenhar a ação destituída da presença de qualquer um apenas pintando a cidade, fala muito de seu tempo e também do próprio evento. Cidade, ação, bonde, dinheiro, homens *distintos* sem serem da *boa sociedade*, tudo se movia enquanto que o imposto virava angu, para a vida do governo, certamente angu de caroço. De qualquer modo, os homens *distintos* da capital do Império não se reconheciam nos homens a quem a cidade dava *distinção*, o caminho oposto também é verdadeiro.

Súdito ou indivíduo?

A discussão que se levantava desde o **Jornal do Comércio** até as imagens da **Revista Ilustrada**, inicialmente, é uma discussão travada pelos homens daquele momento sobre qual o papel e os limites de ação do Estado. O quanto o Estado tem direito ou não de intervir na vida da cidade, na vida de todos, era uma questão posta em discussão quando se dizia "no dia em que nossos filhos pedirem pão e nós não lhe pudermos dar" ou quando os excessos da polícia eram criticados.

Existia uma transformação na vida da cidade na qual homens e mulheres (a cultura feminina estava também em movimento) passavam a se afirmar como indivíduos, rompendo a condição de *súdito*. O enfrentamento do vintém se deu como um enfrentamento entre duas concepções de liberdade, por sua vez associadas a diferentes concepções de cidadania.

Na perspectiva do Império, a condição de cidadão em jogo era de *súdito*. A formação do Estado imperial, pela forma de governo *monarquia constitucional*, opera por um entendimento próprio do papel do cidadão, relacionado diretamente com uma noção específica de liberdade. A liberdade de ação do *súdito* tem limites, assim como tem limites o acesso à condição de *cidadão* no Império.

O primeiro limite era o próprio corpo do Rei – em suas variadas dimensões – e os elementos que representam a *monarquia*. A violação dos artifícios de distinção é

impensável na *monarquia*, sem eles não há autoridade. A distinção era ela mesma a ostentação da condição de cidadão. Faz parte desses elementos de distinção a própria noção de *privilégio* como o direito de governo de nascimento ou de direito por posse. Direito a propriedade e cidadania caminhavam juntos, a condição de *súdito*, porém podia ser mais ampla. Era uma forma de impor uma unidade a homens que viviam condições desiguais.

Frente ao Imperador, frente a D. Pedro II, todas as distâncias – que de fato não eram poucas – se harmonizavam, todos eram *súditos*. Pelo menos no momento de suas performances enquanto Imperador essa era a ambiência, o que não significa que as distâncias fossem anuladas ou transformadas; pelo contrário, eram reafirmadas, só que posicionadas dentro dos elementos da monarquia; como, por exemplo, na posição que se ficaria para ver o passar da família real em uma cerimônia pública, ou o quão perto se poderia chegar, ou mesmo dirigir a palavra, em um dia comum.

A distância entre o *cidadão* e o homem livre e pobre não era apenas uma distância financeira, algo de natureza dinâmica; nessa ambiência, era também um conjunto de gestos e cores, roupas e títulos, uma materialidade que explicitava a estabilidade das relações sociais. Aquilo que o Imperador mobilizava, na perspectiva de quem o defendia nos debates do vintém, era a capacidade de manter uma ordem, uma coesão social entre homens que viviam em condições desiguais.

A liberdade aparecia em seu sentido moderno na medida em que uma vez garantida a "paz" pela figura do Imperador, uma vez construída a "organização social sem dúvida", cada *cidadão* podia voltar a se dirigir a seus interesses próprios, a sua vida particular, sem ter de participar obrigatoriamente da vida do Estado.

O traço básico da liberdade moderna é essa autonomia do Estado que permite ao *cidadão* se dedicar aos seus interesses privados. O público passa a ser resguardado e organizado por homens que o *cidadão* escolhe para representá-lo. Se a autonomia do Estado se sintetizava em molduras como a *administração*, a autonomia do *cidadão* se afirmava pelo voto, como direito de participar indiretamente da política, sem ter de abrir mão do *direito* que realmente lhe importa, o *direito à propriedade*.

Nesse contexto, porém, quando um grupo de homens anônimos que não gozava necessariamente da condição de *cidadão*, não tinha *distinção* ou *propriedade*, para alguns talvez não tivessem nem mesmo nome; quando um grupo de homens dessa natureza se dirige ao Imperador depois de um *meeting*, a liberdade entra em cena como disputa. De um lado, está a condição de *súdito* que o Império esperava desses homens, de outro, a condição de *indivíduo* que esses homens afirmavam no Império.

Os que protestaram contra o *vintém* não estavam interessados em discutir a representatividade, nem mesmo formas de governos. O que afirmavam era uma ruptura com a condição de *súdito* e, simultaneamente, com os limites da própria liberdade moderna.

A expansão da liberdade individual na cidade, ao fim do século, se dava em uma outra direção do que aquela definida pela condição de *súdito*. A associação nos *meetings*, a palavra na Rua, materializavam essa expansão. Por mais que a ação se desse em um grupo, o que aparecia em movimento nos debates do vintém era a premissa de que cada indivíduo tem o direito de discutir sobre

o que interfere em sua vida e mobilizar a outros se for necessário.

Se como consequência do vintém se deu um aumento da pressão por parte dos liberais para uma ampliação do direito de participação na política, essa pressão ainda era feita e pensada dentro dos limites impostos pela dicotomia *administração*/*partido*. O que nos interessa destacar para a vida da cidade, então, não é exatamente as consequências do vintém na vida do governo – o que foi discutido por Graham (2011) – mas essa afirmação de uma condição autônoma perante o Estado que contrastava não só com a ordem política, mas também a social, suspendendo o dinheiro como medida de valor de troca. Se a questão central desse momento era o imposto, não se deve resumir a tensão entre a vida do governo em confronto com a rua a ele, mas uma ação que se deu em meio a uma ampla discussão sobre a moeda.

Existe um clima nas páginas tanto da **Revista Ilustrada** quanto do **Jornal do Comércio** que não fala de uma causa, mas de uma dúvida. O que mais reverberava nas vozes que o condenavam era o imposto ser o mesmo para todos independente de suas condições particulares, o mesmo era possível de ser dito sobre o dinheiro. Imposto e papel moeda caminhavam lado a lado nas dúvidas e nos debates. Não que toda fala sobre o imposto trouxesse algum tipo de questão sobre *a nova experiência do papel moeda*, mas que a dúvida sobre o imposto ser justo ou não potencializava os debates sobre como se deveria gerir (e usar) o dinheiro num momento em que a economia do Império se encontrava em movimento não só pela estagnação da venda do café, como pela própria dívida assumida e crescente desde a Guerra no Paraguai (COSTA, 1998). As questões eram amplas e se materializavam em debates específicos, como se a moeda deveria ser de papel ou de metal, se de papel como deveria ser o lastro ou, indo além deste tipo mais oficial de debate, se o uso de vales é legítimo no comércio cotidiano.

"A nova experiência do papel moeda"

Os debates sobre a moeda que aconteciam, por exemplo, no **Jornal do comércio**[4], não são propriamente específicos aos anos de 1880, mas falam do meio pelo qual a individualidade era construída e sentida. A expansão do dinheiro não é difícil de observar e é conhecida: a substituição do trabalho escravo pela mão de obra livre impôs um aumento não previsto da moeda circulante. Como resultado mais imediato, passou a ser necessário pagar algo pelo trabalho, e não mais pelo trabalhador.

A expansão do dinheiro, porém, ia para além disso. A moeda passou a organizar as possibilidades dos homens na cidade; inclusive, se o único requisito para andar de bonde era ter dinheiro, as mulheres passaram a se apropriar do transporte, o que não era só imprevisto como constrangedor. Abertura para apropriações e, também, medida para a liberdade. Ter ou não dinheiro era o que condicionava as possibilidades de consumo, até mesmo das mais básicas. Quando o imposto do vintém foi proposto, para a vida da cidade ficou claro que o ministério interferia na condição de cada um através dele. Não é sem razão que o imposto foi batizado de vintém, era evidente que era pela

[4] Ver, por exemplo, um conjunto de artigos impressos no **Jornal do Comércio** chamados *A nova experiência do papel-moeda: vantagens e inconvenientes da circulação fiduciária*, a edição do dia 6 de abril de 1878 é exemplar.

ampliação do uso do dinheiro na cidade que o imposto era possível.

Ao mesmo tempo, no cotidiano, na vida que transcorria nas ruas, lojas e casas, esse elemento se modificava materialmente. Neste momento estava em discussão se a moeda deveria ser de metal ou se passaria a ser de papel. O sentido dessa mudança é forte e faz parte do clima onde o vintém se deu.

A moeda de metal traz em si o valor que afirma, o cobre, se derretido, vale cobre. O papel apenas funciona quando existe uma referência estável para a troca. O papel-moeda é muito mais próximo da linguagem, de um recurso que estabelece uma comunicação, um ato ou um gesto.

Um metal pode ser visto como metal mesmo que não se conheça seu valor na cultura em jogo. O papel-moeda, pelo contrário, só faz sentido em uma dada cultura e em uma dada circunstância na qual há estabilidade na troca, na qual há confiança em seu uso. O uso do papel-moeda só se generaliza quando esta confiança também se generaliza.

A moeda, ao mesmo tempo, passava a ser o novo elemento de mediação das possibilidades homogeneizando produtos de naturezas muito distintas. No início das discussões sobre o vintém, uma voz já citada da **Gazeta de notícias** dizia que enquanto o vintém não perturbasse o lar, tudo transcorreria bem, mas se faltasse o pão... O caso é exatamente esse. A moeda colocava como possível pensar sobre comprar ou não comida, pão ou imposto; uma variedade incrível de produtos e serviços, todos mediados pela moeda e não mais por relações sociais pré-estabelecidas.

Em meio a esse cenário, um imposto sobre o uso do bonde explicitava à cidade o quanto o Estado determinava a condição de cada um na medida em que controlava o valor da moeda, regulando o custo de diferentes produtos e, por eles, o valor do trabalho. O vintém foi um momento de explosão das atividades cotidianas básicas, como ir e vir, mediadas por uma estrutura, que na maior parte das vezes não aparece, a não ser quando interrompida. Mas quem a interrompeu?

Considerações finais

Este artigo não quis narrar a revolta do vintém por não confiar nesta palavra. A produção de sentido implícita na palavra revolta – pois quem se revolta, se revolta com algo – transfere o interesse da ação para a causa que se torna, a partir daí, personagem central da cena. Por isso foi importante distinguir o *súdito* do *indivíduo* assim como colocar na cena "a nova experiência do papel moeda", nenhum destes elementos foi tecido por um processo histórico fruto de uma consciência ou de um sujeito.

A afirmação do indivíduo em oposição ao Império não foi um projeto, mas uma contingência. Não se deu por um plano racional ou intencional nem conhece causa que lhe determine, nem por isso deixou de ter força no desgaste da *direção saquarema* (MELLO, 2007).

"A nova experiência do papel moeda" também não foi fabricada intencionalmente, não foi escolha, pelo contrário, pretendia ser evitada. O desconforto com o uso do dinheiro era geral. O ponto é que a ampliação do uso do dinheiro se deu e se multiplicou sem que essa fosse a decisão da vida do governo ou de um conjunto de pessoas que poderíamos definir como sujeitos deste processo histórico. Como já foi dito, o mesmo vale para as cidades, não é possível firmar ou definir quem faz a cidade. Parece ser mais simples e possível dizer o quanto ela mobiliza. É claro que a cidade não é sujeito, mas

certamente é espaço comum, de encontro e desencontro.

Por fim, há de se concordar com a **Revista Ilustrada** e reconhecer que a identificação de personagens ou de causas não é o melhor caminho para narrar toda e qualquer cena. Muitas personagens aparecem nos debates sobre o vintém. Mas quando a ação acontece sua única face é a cidade. O corpo da ação é justamente a esquina, a rua, o quarteirão. A **Revista Ilustrada** não colocava o *zé povinho*, o *povo* ou o indivíduo (suas três personagens principais) na ação na medida em que cada personagem desta carrega consigo um valor, o ponto é que este valor não cabia na hora de expor a barricada ou o "angu" (a destruição dos bondes), ou mesmo para expor quem teria ampliado o uso da moeda. Todos o fizeram.

Afinal, a vida não é apenas desejo ou consciência, existe algo que toma e envolve, algo partilhado e construído em conjunto sem que se saiba o que está sendo construído, apenas que pulsa em comum. A ação talvez se dê dentro deste algo, do clima, do ritmo, e não apenas como parte de uma consciência externa e orientadora. O que significa dizer que este artigo, por seus limites, escolhas e talvez até mesmo por seus equívocos, pretendeu pelo menos levar em conta o quanto de contingencial existe na vida e que, por vezes, é fundamental reconhecer a contingência para poder narrar.

Referências

COSTA, Wilma Peres. A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade. **Economia e Sociedade, Campinas**, v.10, p. 141-73, 1998.

FONSECA, Paulo Cezar Dutra; MOLLO, Maria de Lourdes. Metalistas x Papelistas: Origens Teóricas e Antecedentes do Debate entre Monetaristas e Desenvolvimentistas. **Nova Economia** (UFMG. Impresso), v. 22, p. 203-233, 2001.

GRAHAM, Sandra L. O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). **Revoltas, motins, sedições**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*: A Formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.11, n.2, p. 579, 2005.